



“Se essa rua fosse nossa”: Construção de Gênero em Plataformas Virtuais¹

Pedro Henrique Baptista Reis²

Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul - PDJ/CnpQ

Lana Baumgarten³

Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul - Mestranda/CnpQ

Resumo

O artigo a seguir utiliza da perspectiva de autores contemporâneos dos estudos culturais para construir raciocínios a respeito dos processos de construção de identidade nos sujeitos, tanto em meios online quanto offline. A partir dessa premissa, relaciona esse processo com a questão do gênero e posteriormente do feminismo, para assim analisar o caso do coletivo “Se essa rua fosse nossa”, comunidade iniciada no Facebook que promove a segurança das mulheres nas ruas de da capital do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Construção da identidade; feminismo; cibercultura; redes sociais; movimentos sociais online.

A proliferação de redes que acompanhou a popularização da Internet transformou-se em plataforma para relacionamentos e contestação. A aderência às principais (como Facebook e Twitter) e os movimentos globais, começando com as eleições no Irã, em 2011, passando por países do norte Africano e mesmo pelo Brasil, durante junho e julho de 2013 atesta isso. De acordo com Castells (em Rüdiger (2011), “[...] as mídias digitais interativas não são mais meios de comunicação no sentido tradicional”, elas desencadeiam processos de atuação que rescindem as fronteiras dos usos, práticas e discursos ligados aos meios massivos, oferecerem ao sujeito e à coletividade (local, cultural, nacional, étnica, de gênero, etc.) a capacidade de gerar/gerir conteúdos através da linguagem desses meios que podem ser definidos como *pós-massivos*.

Ao invés de processos de *um-muitos* a revolução técnico-científica que incide,

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho 11 - Comunicação, consumo e cidadania: políticas de reconhecimento, redes e movimentos sociais, do 5º Encontro de GTs - Comunicon, realizado nos dias 5, 6 e 7 de outubro de 2015.

² Doutor em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/FAMECOS e estagiário Pós-Doutoral PDJ/CnpQ - pedro.reis.hb@gmail.com

³ Mestranda em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/FAMECOS e bolsista integral CnpQ - lanabaumgarten@gmail.com



COMUNICON 2015

congresso internacional
comunicação e consumo

5º ENCONTRO DE GTS
1º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO
2º ENCONTRO BINACIONAL

PPGCOM ESPM // SÃO PAULO // COMUNICON 2015 (5 a 7 de outubro 2015)

enquanto revolução dos usos e apropriações das tecnologias da informação e comunicação, permite uma *sociedade em rede* que

[...] não apenas está se fazendo [a si mesma] cada vez mais inclusiva mas, via os recursos que desenvolve e coloca à disposição, está estimulando a iniciativa e a ação comunicativa dos sujeitos, fazendo emergir uma audiência criativa que, quando ela não mesmo cria, se apropria das mensagens nela em circulação com seus próprios códigos e processos de comunicação (Rüdiger, 2011, p. 131).

Nesse cenário os sujeitos podem ser ativos na construção dos discursos e representações que lhe são atribuídos através da atuação e coabitação dos meios massivos e pós-massivos. Essa mídia pós-massiva é *locus* de dinâmicas comunicacionais e vivências identitárias onde os sujeitos se veem atravessados por forças conflitantes e interagentes e como agente que atua na construção de si, nos múltiplos processos de identificação aos quais se expõe, cria ou reproduz. Ainda que não exatamente um espaço, possui a possibilidade de ser um campo de trocas e inversões impensáveis há três décadas atrás.

Enquanto essa faceta pessoal e articuladora se encarrega de imputar à vivência mediada por computador de uma carga simbólica, a faceta econômica se encarrega de possibilitar à camadas cada vez mais distintas de regionalidades e territorialidades acesso imediato e barato aos serviços (motores de busca, bancos de dados, aplicativos de *chat* ou *social media*, etc.) e equipamentos (especialmente telefones celulares habilitados a trafegar através de redes de dados móveis 3 e 4G) que, em dois modos, concedem "voz" (Couldry, 2010) aos sujeitos. Permitem que o sujeito tenha "voz enquanto processo", ato comunicativo de se expressar dentro dos confins de sua localidade, cultura ou etnicidade, mas, também, num segundo momento permitem aos sujeitos "voz enquanto um processo de processos": a voz como um valor. Ao colonizar os cotidianos, essas redes mediadas por computadores tornam-se mais do que veículos de comunicação pessoa-a-pessoa (*peer-to-peer*) ou palanques digitais (pessoa-a-muitas-pessoas/muitas-pessoas-a-pessoa), elas se tornam materialidades da expressão de um ser vivente enquanto partícipe de sua cultura, etnia, gênero, nação, etc., e, em si mesmas, um valor-em-si.



Articulamos a ideia de que movimentos sociais, nas redes digitais e fora delas, são fruto de fluxos que conduzem à “pluralização das culturas no interior dos estados-nação” (Cogo, 1999, p.49): como esse processo de "construção de si" (Taylor, 1989) ou "narração de si" (Cavarero, 2001) modifica fundamentalmente a problematização da identidade através da atuação dos sujeitos nessas redes. O objeto escolhido para esse estudo é a comunidade virtual "Se essa rua fosse nossa". Criada em março de 2015 por jovens de Porto Alegre, ela agencia ações e intermedeia informações através do Facebook e promove a segurança física e simbólica daqueles sujeitos que se identificam enquanto gênero feminino nos espaços urbanos perturbados por narrativas de violência (especialmente de natureza sexual).

Se Butler (2007) está correta ao reafirmar de Beauvoir, "ninguém nasce mulher, mas se torna uma", encontramos na comunidade "Se essa rua..." a continuação dessa lógica. A escolha desse objeto justifica-se pelo caráter de *continuidade* desse pensar a construção das identidades de gênero no âmbito urbano. Enquanto Butler afirma que para um sujeito é preciso *tornar-se*, onde "diferença sexual [...] nunca é simplesmente uma função de diferenças materiais que não são de um jeito ou de outro marcadas e formadas por práticas discursivas" (Butler, 2011, p.xi), a comunidade afirma que é preciso continuar afirmando-se enquanto esse *se-tornar*, na continuidade de uma agência que transpassa o campo sócio-urbano para dentro do simbólico e da atuação política. A "Se essa rua..." busca conjugar a ação e a representação do que é ser e *se-tornar* mulher numa atuação conectiva através das redes eletrônicas mediadas por computador que tem por núcleo a iniciativa de conscientizar a respeito dos direitos e da segurança física e simbólica da mulher numa *cultura da mídia*.

1. Cultura, Voz e Construção de Identidade

Segundo Douglas Kellner a cultura da mídia é recente. Mesmo que as inovações na indústria cultural tivessem começado a frequentar o centro do sistema cultural dos EUA e de outros países, foi a partir do advento da televisão que a mídia tornou-se “força



COMUNICON 2015

congresso internacional
comunicação e consumo

5º ENCONTRO DE GTS
1º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO
2º ENCONTRO BINACIONAL

PPGCOM ESPM // SÃO PAULO // COMUNICON 2015 (5 a 7 de outubro 2015)

dominante na cultura, na socialização, na política e na vida social” (Kellner, 2001). O surgimento e a popularização da Internet transformaram meios como a televisão em apenas mais um interlocutor das relações sociais mediadas por imagens. Àquelas oferecidas por ela, se seguiu uma nova relação, ainda mediada por imagens, que mostrava a mídia massiva como limitada e limitadora. A mídia pós-massiva faz deslocarem-se as fronteiras, imagens e representações da mídia convencional. Essas novas formas relacionais se tornam elementos cruciais numa nova problematização das identidades: “Em nossas interações sociais, as imagens produzidas para a massa orientam nossa apresentação do eu na vida diária, nossa maneira de nos relacionar com os outros e a criação de nossos valores e objetivos sociais” (Kellner, 2001, p 29).

A construção de identidade a partir das interpretações e vivências, bem como das visões de mundo é parte de um movimento relacional que complexifica as mensagens veiculadas tanto pela mídia massiva quanto pela pós-massiva. O sujeito pós-moderno (Hall, 2011) não tem uma identidade fixa ou essencial. Ele enfrenta contradições e deslocamentos de identificações, ele participa do desafio inevitável de compreender-se em um contexto cultural e temporal infinitamente diversificado e imediatista.

O sujeito, previamente vivido, como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático (Hall, 2011, p. 12.).

Nesse contexto, a participação em movimentos sociais enfatiza esse dualismo em vários aspectos, especialmente no sentido de que se procuram grupos onde se possa compreender semelhanças ao mesmo tempo em que nos adaptamos e concebemos em concordância com o que o grupo “espera” que devamos oferecer. Esse fenômeno não acontece apenas em função do pertencimento, mas também com o objetivo de juntar-se àqueles com intenções similares afim de fazer-se mais significativo, de sentir-se mais ouvido, de *ter voz* num circuito trinário: “a sociedade que pensa em si mesma como



homogênea a partir de uma cultura [unificada] que a sustenta (1)” - o confronto que o movimento coloca frente à voz da indiferença da sociedade frente às suas demandas, "(2) as vozes internas da diversidade”, as múltiplas facetas expostas no problema dualístico do termo mulhes(es) que não encontra uma definição unificada, “e a figura do outro/estranho/estrangeiro (3)” (Cogo, 1999, p.51).

Ter voz significa ser reconhecido e reconhecer-se como parte de um âmbito social. Esse processo começa com o ato de se dar conta das condições de vida. Isto é, permitir que se tenha espaço para contar sua história, permitir que se tenha recursos para fornecer uma narrativa a respeito de si e de seu cenário social. A voz é “socialmente fundamentada”; ela “não é uma prática de indivíduos isolados. [...] a narrativa como um processo é inimaginável exceto como parte de uma *contínua* troca de narrativas com os outros”. Ela acontece como manifestação da necessidade humana de narrar a respeito de si e de seus entornos: “uma identidade que, desde o início até o fim, é entrelaçada com outras vidas - com exposições recíprocas e inúmeros olhares - e precisa da narrativa do outro” (Cavarero, 2000, p.88.).

A construção de identidade é um transcurso que pareia entre o individual e o coletivo, se imiscui na dupla necessidade/capacidade de narrar a nós mesmos, aos outros e ao mundo a nosso redor, passa tanto por momentos de autoconhecimento quanto por influências externas e expectativas de pertencimento e ganho de relevância enquanto membro de um grande grupo. A compreensão dessas construções, através de narrativas, é uma ferramenta importante para a análise não apenas das construções em si dos sujeitos na contemporaneidade colonizada por potentes formas de auto-expressão, mas é também, arguimos, uma ferramenta essencial para conjugarmos aquilo que os discursos e imagens da mídia reverberam e “refletem” nos discursos dos sujeitos, no caso específico aqui, das mulheres, acerca de si mesmos (Baptista e Escosteguy, 2015). Não basta, no escopo aqui, perguntarmos apenas “quem” (Cavarero, 2001, p.20): o impulso em direção a autoexibição através do qual os seres humanos se encaixam num mundo de aparências e



que faz da identidade uma exposição do *quem* para o olhar alheio precisa ser conjugada com a exposição de modos possíveis de vida e com a exploração da voz enquanto processo que se desenvolve através das redes sociais online. Em uma comunidade ou coletivo esse movimento acontece em todas as direções o tempo todo, fazendo com que a concepção de cada indivíduo aconteça perante os olhos desses outros. O caso que abordamos aqui busca desvelar se essa articulação tem fundamento quando falamos de comunidades online e se essa nova articulação pode dar fôlego ao(s) problema(s) especificamente feminista(s) envolvidos na construção da identidade.

"A sociedade é que dá forma às tecnologias" (Castells, 2005, p. 17), então um movimento social online, mesmo que possua características específicas da rede ou canal utilizado, pode atuar como reflexo do que esse círculo social busca num espaço *real*.

Os sistemas tecnológicos são socialmente produzidos. A produção social é estruturada culturalmente. A Internet não é exceção. A cultura dos produtores da internet moldou o meio. ... elas contribuem para uma ideologia da liberdade, que é amplamente disseminada no mundo da Internet (Castells, 2000 p.34).

O foco desse esforço é desvendar se essa *determinação social da tecnologia* é um operador fático para o caso em questão ou se a utilização do meio específico encontra seus próprios operadores. Afinal, "o elo central entre as fragilidades da reprodução cultural e o papel das mídias de massa no mundo de hoje são as políticas de gênero e violência" (Appadurai, 1996, p.45).

2. Identidade, Gênero e Feminismo

A teoria feminista assume que existe uma identidade, entendida entre diferentes categorias de mulheres, que inicia interesses e objetivos feministas através do discurso e constitui-se como representação política⁴. A questão do sujeito é crucial quando se trata de representação política, mais ainda quando fala-se particularmente da política feminista. Há argumentos para afirmar que teorizações sobre identidade performativa são

⁴ No curso desse trabalho, equacionamos *política* à definição nos dada por Hannah Arendt, em muitos de seus trabalhos, mas que é especialmente sintética em um texto que compõe o livro *Amor Mundi: explorations on the Faith of Hannah Arendt*, 1987, de James Bernauer: política são os assuntos dos homens.



indispensáveis ao feminismo pós-moderno (Butler, 2007; Salih, 2015). No entanto, existem algumas questões que não podem ser deixadas de lado quando examina-se o sujeito objeto do feminismo. O conflito central é o termo *mulher(es)* como denominador de uma identidade comum em vez de significador estável que comanda os assentos daqueles que pretende descrever.

Para muitos teóricos feministas contemporâneos, o conceito de mulher é um problema. É uma problema de significado primário porque o conceito de mulher é o conceito central da teoria feminista mas ainda assim é um conceito impossível de ser formulado precisamente por feministas (Alcoff, 1988, p.405).

Esse argumento é acompanhado por outros equívocos, como a tentativa de isolar gênero das outras “intersecções culturais” de cada indivíduo.

Se alguém “é” uma mulher, isso não é tudo que esse alguém é; o termo falha em ser exaustivo, não porque a pessoa com gênero pré-definido transcenda a parafernália competida ao gênero, mas porque gênero nem sempre é constituído coerentemente ou consistentemente em diferentes contextos históricos, e porque gênero é interseccionado com modalidades raciais, econômicas, étnicas, sexuais e regionais de identidades constituídas discursivamente. Como resultado, torna-se impossível separar “gênero” das intersecções políticas e culturais nas quais é invariavelmente produzido e mantido. (Butler, 2007, p.4.)

Pode-se afirmar que, embora o feminismo e a luta contra hegemonia contenham participantes com visões de mundo similares, não se pode tratá-los de maneira universalizada. “A identidade de gênero é uma sequência de atos” (Salih, 2015, p.65), e esses atos sem autor e que “são não apenas imprevisíveis, como também irreversíveis”! “Ainda que todo mundo comece sua própria história, pelo menos sua própria história de vida, ninguém é o autor ou produtor dessa história” (Arendt in Bernauer, 1987, p.40). A problemática é entre *performance* e *performatividade* (Salih, 2015, p.66): entre a ação que tem por “trás” um agente, um sujeito, e aquela que tem um, mas “não exatamente onde esperaríamos encontrá-lo” (Ibid.).

Compreender a imprevisibilidade/irreversibilidade da performatividade através de atos de fala e atos políticos depende de se problematizar o termo *mulher(es)* como um conceito duplo: que refere-se a processos e valores. Compreender a construção da identidade através da noção de si-mesmos narráveis é conjugar e estar ciente à abertura



para intervenções e ressignificações. É atentar para a inexistência de um *telos* que governe os processos de aculturação e construção (Butler, 2010, p.44). É crucial que reconheça-se a pluralidade de sujeitos ao mesmo tempo em que se encontra os pontos comuns no desenvolvimento da identidade de cada indivíduo e do grupo. “O problema com gênero é que prescreve o que devemos ser ao invés de reconhecer o que já somos” (Adichie, 2014).

Em suma, o que se problematiza é a questão da identidade de gênero, através da questão da própria construção das identidades dos sujeitos na contemporaneidade, frente à problemática em si da abertura e da violência. Enquanto esses termos designam categorias ideais (mulher, mulheres, homem, feminino, masculino, etc.), eles também revelam uma narrativa contextual (e específica para cada sujeito) de uma violência vivida como resultado da vida na presença de discursos intermediados pela cultura local, pelas mídias, assim como pelas noções de identidade nacional, étnica ou religiosa.

Destaca-se, então, que o presente trabalho trata de um contexto cultural específico e local, sem intenção de generalizar ou reaplicar para outros sem que as relações teóricas sejam revisadas e rerepresentadas.

3. Se essa rua fosse nossa – gênero e violência

A escritora nigeriana Chimamanda Adichie diz que feminista “é um homem ou mulher que reconhece que existe um problema com gênero hoje em dia que deve ser consertado, que precisamos ser melhores”. Entretanto, feminismo é um conceito e um movimento plural, amplo e, na prática indefinível.

Feminismo é a luta para acabar com a opressão sexista. Seu objetivo não é beneficiar apenas um grupo específico de mulheres, qualquer raça em particular ou classe de mulheres. Não privilegia mulheres sobre homens. Tem o poder de transformar significativamente nossas vidas. Mais importante, feminismo não é um estilo de vida nem uma identidade pronta (*ready-made*) ou papel no qual se pode se elencar (Hooks, 1984, p.26).

A perspectiva de Adichie, uma escritora de ficção que atingiu reconhecimento internacional com algumas de suas obras que lidam especificamente com a realidade da mulher na África Central (especialmente Nigéria), embora menos formal, traz um olhar



COMUNICON 2015

congresso internacional
comunicação e consumo

5º ENCONTRO DE GTS
1º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO
2º ENCONTRO BINACIONAL

PPGCOM ESPM // SÃO PAULO // COMUNICON 2015 (5 a 7 de outubro 2015)

mais empoderado, ela traz o movimento para um âmbito menos abstrato e mais prático onde ações vão mudar a sociedade. Em suas origens, o movimento feminista, através de um idealismo de igualdade socioeconômica entre os gêneros, buscava para as mulheres direitos primários em uma sociedade patriarcal; hoje em dia, embora esses direitos lhes sejam parcialmente garantidos em sociedades desenvolvidas, elas ainda são alvo de desigualdade e, em especial, continuam sendo vítimas cotidianas de violências físicas e simbólicas.

Segundo pesquisa de Faria e Castro, chega a 70% o índice de mulheres que sofre violência física ligada especificamente a gênero durante a vida. A maioria desses crimes está ligado à violência sexual; no Brasil, os números de estupro em 2012 ultrapassam homicídios e latrocínios somados. No entanto, os investimentos para prevenção e punição são baixos e pouco eficazes. O cenário fica ainda mais grave quando formadores de opinião, sejam jornalistas, repórteres, blogueiros ou políticos manifestam-se publicamente deslegitimando os atos de violência, tratando-os como rotineiros (Faria e Castro, 2015). O problema não é exclusivo do Brasil, e durante os anos 1980, ainda se via um número crescente de casos de violência (doméstica e não-doméstica) física contra a mulher, com a característica de ser primariamente uma violência de cunho sexual e moral em países desenvolvidos como Inglaterra e Estados Unidos (Hooks, 1984, p.117).

Enquanto a supremacia do masculino encoraja o uso de força abusiva para manter a dominação sobre as mulheres, é a noção filosófica Ocidental de governo hierárquico e autoridade coercitiva que é a raiz da violência contra as mulheres, do adulto contra a criança, de toda a violência entre aqueles que dominam e aqueles que são dominados. É esse sistema de crenças que é a fundação na qual a ideologia sexista e outras ideologias de opressão de grupos são baseadas; eles só podem ser eliminados quando esta fundação for eliminada (Hooks, 1984, p.118).

É a partir de uma compreensão similar da dinâmica entre a construção da identidade feminina que em março de 2015 um grupo de jovens de Porto Alegre criou um grupo secreto no Facebook com o intuito de debater e lutar pela segurança das mulheres em espaços públicos. Começando com menos de 10 jovens, predominantemente brancas e de classe média, gerou, depois da adição de mais colaboradoras, uma página com o intuito

de formar um coletivo ativista cujo nome é “Se essa rua fosse nossa”. Hoje, poucos meses e mais de 20 mil “curtidas” depois, a comunidade vem ganhando mais espaço dentro e fora das redes sociais.

O nome, elaborado a partir da cantiga folclórica “Se essa rua fosse minha”, canção quase apócrifa que compõe o léxico das chamadas “canções de roda” no Brasil desde o século XVII, pretende mostrar a realidade local dos ambientes compartilhados da cidade ao mesmo tempo em que representa um ideal comum de suas colaboradoras da possibilidade de sentir-se também parte ativa e pertencente desses espaços.

Com mais de 15 mil fãs, a página arrecadou depoimentos nas ruas que geraram um material com as percepções de mulheres a respeito de como se sentiam quando em público - uma espécie de etnografia informal, baseada em pequenos excertos de narrativas de vida enfocados na vivência urbana - dos sentimentos de (in)segurança em Porto Alegre. Relatos de medo, insatisfação e desrespeito preencheram os quarenta segundos de um vídeo publicado no YouTube⁵. No dia oito de março, as colaboradoras promoveram um encontro no Parque Farroupilha, onde elaboraram um painel de dois metros quadrados no qual meninas e mulheres escreveram como seria seu cotidiano se as ruas fossem das mulheres. O fundo branco ficou repleto de mensagens coloridas, de expectativas e ideias de um contexto melhor no qual as mulheres pudessem expressar suas vontades, desejos e feminilidade, em todas as suas pluralidades, sem sofrer qualquer tipo de desrespeito, violência ou assédio. Mensagens essas que tem a mesma intenção da de Adichie “Eu escolhi parar de me desculpar pela minha feminilidade e minha *“femaleness”*. E quero ser respeitada em toda minha *“femaleness”* porque mereço ser” (2014).

A maior repercussão da página, no entanto, veio dez dias depois com a publicação de um relato de uma vítima de abuso sexual. A narrativa contava com detalhes a respeito do momento do abuso e de uma série de negligências pelas quais a vítima passou durante os procedimentos de registro de ocorrência, exame de corpo de delito e outras

⁵ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CZxPsXdjxV8> (acesso em junho/2015).



formalidades que exigiriam sensibilidade e atenção especiais dos órgãos públicos envolvidos. Com mais de 26 mil curtidas e mais de 10 mil compartilhamentos, a postagem atraiu atenção da mídia massiva local que entraram em contato com a página para ter acesso à vítima e à mais informações a respeito do acontecido. Em cerca de 48 horas, 4 emissoras tinham realizado entrevistas com a denunciadora e publicado comunicados em diferentes canais - de mídia massiva e pós-massiva - a respeito do acontecido. O foco central nessas matérias, divulgadas em alguns dos principais veículos do Estado do Rio Grande do Sul e com repercussão nacional, como o Jornal Zero Hora⁶, os portais G1⁷, Sul21⁸ e Jornalismo B⁹, entre outros, foi o descaso das autoridades com o relato da vítima. Como mostra uma das notícias, do portal Sul21, ligado ao Jornal O Sul, a publicização do relato ocasionou com que outras mulheres vítimas de descaso se manifestassem.

O envolvimento da mídia tradicional com a página trouxe consigo mais audiência, mais interação e mais confiança por parte das mulheres de que o “Se essa rua...” era um espaço seguro para manifestações onde suas histórias seriam ouvidas, onde elas poderiam ter orientação para procurar ajuda e cujos relatos só seriam publicados se autorizados pela relatante e se preservando a privacidade. Mais que isso, a página passou a ser vista como um espaço onde vítimas encontravam outras vítimas que as amparavam e lhes ajudavam a

⁶ “Universitária faz desabafo sobre estupro à luz do dia na Redenção”, no site da Zero Hora. Matéria de 18 de março de 2015, disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2015/03/universitaria-faz-desabafo-sobre-estupro-a-luz-do-dia-na-redencao-4721340.html> (acesso em junho/2015).

⁷ “Universitária diz ter sido estuprada à luz do dia em parque de Porto Alegre”, no portal de notícias G1. Matéria do dia 19 de março de 2015, disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/03/universitaria-diz-ter-sido-estuprada-luz-do-dia-em-parque-de-porto-alegre.html> (acesso em junho/2015).

⁸ “Após estupro na Redenção, outras mulheres relatam descaso policial”, no portal de notícias Sul21, disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/apos-estupro-na-redencao-outras-mulheres-relatam-descaso-policial/> (acesso em junho/2015).

⁹ “Falhas no atendimento de mulheres vítimas de violência são apresentadas em relatório da comissão de direitos humanos da câmara de vereadores de Porto Alegre”, no portal Jornalismo B. Matéria do dia 13 de maio de 2015, disponível em: <http://jornalismob.com/2015/05/13/falhas-no-atendimento-de-mulheres-vitimas-de-violencia-sao-apresentadas-em-relatorio-da-comissao-de-direitos-humanos-da-camara-de-veredores-de-porto-alegre/> (acesso em junho/2015).



tirar de si o fardo da sensação de culpa que acompanha as vítimas de assédio e abuso sexual. Essa comunidade que hoje conta com mais de 25 mil curtidas¹⁰, tornou-se uma expressão da duplicidade conceitual da voz: enquanto espaço de expressão, através de ações de fala e ao mesmo tempo enquanto “valor de valores” (Couldry, 2010).

Em função da repercussão das notícias na mídia, começou a relação entre as representantes da página e representantes do governo do município e do estado - evidenciando, então, um processo de valorização da voz de forma propriamente política. Tanto a vereadora Fernanda Melchiona (do PSOL, Partido Socialismo e Liberdade) quanto a deputada estadual Manuela D’Avlilla (do PC do B, Partido Comunista do Brasil) proporcionaram espaços de voz e entraram em contato, prontificando-se e disponibilizando auxílio para levar as questões denunciadas para as pautas discutidas. Em resposta à perguntas pontuais feitas às coordenadoras do “Se essa...”, o coletivo manifestou-se:

A Fernanda Melchionna [nos procurou] porque se comoveu muito com o relato de estupro divulgado, que teve uma visibilidade televisiva incrível. A partir disso, ela resolveu botar na pauta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Porto Alegre a negligência dos órgãos públicos sobre a temática da violência contra a mulher.

A partir dessa relação, aconteceram os primeiros convites para que duas colaboradoras do coletivo frequentassem reuniões da Secretaria de Segurança e da Comissão de Direitos Humanos na Câmara de Vereadores, tendo a oportunidade de atuar em nome do grupo e de trazer para os debates a questão de gênero e de segurança da mulher nas ruas de Porto Alegre. Em manifestação do grupo:

A audiência surgiu como primeira ação, para perguntar o posicionamento dos órgãos diante da denúncia em relação ao caso - porque, no relato que divulgamos, foram apontadas muitas falhas na assistência das vítimas desse tipo de crime. A partir disso, foi aberto um inquérito de investigação, feito pela própria Comissão, que visitou todos os estabelecimentos em parceria ao Se Essa Rua Fosse Nossa para produzir um diagnóstico da rede de proteção às mulheres, nomeando todas as falhas e dando sugestões de melhorias.

¹⁰ Em junho de 2015.



COMUNICON 2015

congresso internacional
comunicação e consumo

5º ENCONTRO DE GTS
1º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO
2º ENCONTRO BINACIONAL

PPGCOM ESPM // SÃO PAULO // COMUNICON 2015 (5 a 7 de outubro 2015)

Essa relação trouxe frutos em diferentes níveis: além de uma relação ainda mais próxima com os órgãos responsáveis pela segurança e com a delegacia da mulher, a ressonância da narração publicada influenciou ações policiais mais ágeis que resultaram na prisão de um dos criminosos em uma semana. Os contatos feitos com o grupo foram muitos:

O contato direto foi com a Câmara mesmo, os outros órgãos foram visitados pela gente e instruídos às mudanças. Vamos ter uma terceira audiência no final de julho para cobrar resoluções para os problemas que foram levantados no diagnóstico.

Considerações Finais

Considerando o levantamento bibliográfico e a descrição do caso, é possível construir relações sólidas entre os dois. Não só em função da perspectiva de Judith Butler, que mostra como mulheres se identificam com a causa feminista por diferentes motivos, por consequência de reconhecer suas numerosas identidades, tanto no grupo de indivíduos quanto em um mesmo sujeito, mas também com a realidade tácita da vivência política. “Onde quer que homens [e mulheres] vivam juntos, existe uma rede de relacionamentos humanos que é [...] tecida pelos feitos e palavras de inúmeras pessoas” (Arendt in Bernauer, 1987, p.41)

É pertinente relacionar o agrupamento necessário para o lançamento da página como fenômeno social, político e comunicacional. Não só por causa das observações de Couldry (2010) a respeito do ganho de voz como uma atividade coletiva e um “valor de valores”, mas também da conveniência da união quando se objetiva organizar-se a fim de um objetivo comum.

Pertencer a um grupo é, de início, um dado efetivamente natural: você sempre pertence a grupo qualquer, em razão de seu nascimento. Mas pertencer a um grupo, [...], organizar-se, isso é uma coisa completamente diferente. Essa organização sempre se dá no interior de uma relação com o mundo. O que significa que o é comum àqueles que se organizam desse modo é o que normalmente chamamos de interesse (ARENDR, 1993, p. 138).

Esses *interesses* são os pontos de contato entre as várias características da construção de identidade do indivíduo participante do coletivo organizado e são a



manifestação de *loci* móveis e híbridos onde as vozes podem ser ouvidas. Essa duplicidade é característica do processo fluido imposição/construção dos valores que constituem a problemática da identidade e da identidade de gênero. O grupo, esse “organizar-se”, é uma forma desses indivíduos atuarem enquanto sujeitos *ao* mundo e enquanto sujeito *no* mundo.

Embora seja um grupo diversificado de jovens de diferentes idades e contextos socioculturais, elas se uniram por uma mesma causa: proteger as mulheres nas ruas de Porto Alegre. É um grupo, portanto, reativo (sujeito *ao* mundo), mas também ativo (sujeito *no* mundo), que através das suas ações busca, frente ao extermínio da parcela designada como mulher da vivência pacífica e ordeira urbana, busca trazer a afirmação não exatamente de uma definição de mulher(es), mas uma afirmação de que se essa identidade de gênero pode ser sublimada ou condensada numa definição fechada; de forma a exatamente problematizar o termo duplo mulher(es) através de uma verdadeira construção do comum que é perpetrada pela sociedade em geral nos dados acerca da violência cotidiana contra as mulheres, nas representações, não raro, unidimensionais de identidade de gênero apresentadas pelos discursos, imagens e representações dos meios massivos e pela possibilidade de enfrentar essas violências físicas e simbólicas através dos modos agregadores que as interações mediadas por computador permitem.

Isso coloca a problematização do “Se essa rua...” dentro do escopo das discussões acerca da teoria feminista e na posição de questionar e propor uma maior problematização da afirmação de Castells. É absolutamente inegável que os sistemas tecnológicos são produtos de uma sociedade, cultura e clima econômico específico, entretanto não podemos deixar de notar que eles também compõe uma sistematização de via dupla e exatamente por isso são *absorvidas* em infinitos conjuntos de usos e práticas que se desenvolvem ao seu redor, eles fundamentalmente mudam e/ou tem o potencial de mudar a própria sociedade que *lhes pariu*.



Segundo McCaughey, ativistas não só incorporam a Internet ao seu repertório, mas também mudam substancialmente o que conta como ativismo, o que conta como comunitarismo, identidade coletiva, espaço democrático e estratégia política; ativistas online nos desafiam a pensar como o ciberespaço deve ser utilizado (McCaughey, 2003).

Referências

- APPADURAI, Arjun. **Modernity at Large: cultural dimensions of globalization**, University of Minnesota Press, 1996.
- ALCOFF, Linda. **Cultural Feminism versus Post-Structuralism: the identity crisis in feminist theory**. In: Signs, Vol.13, n.3, pp.405-436, 1988.
- ARENDT, Hannah. **A Dignidade da Política - Ensaios e Conferências**. Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 1993.
- BAPTISTA, Maria Manuel e ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **História de mulheres trabalhadoras, mídia e construção identitária: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal**. In: **Ciberlegenda** - revista do programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, 2015/1, edição, 32.
- BERNAUER, James W. (org.). **Amor Mundi** - explorations in the faith and thought of Hannah Arendt. Martinus Nijhoff Publishers, 1987.
- BUTLER, Judith. **Gender trouble**. Routledge, 2010.
- _____. **Giving an account of ones self**. Fordham University Press, Nova Iorque, 2005.
- CAVARERO, Adriana. **Relating narratives – storytelling and selfhood**. Routledge, Londres, 2000.
- CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**. Editora Zahar, São Paulo, 2003.
- _____. **Communication Power**. Oxford University Press. 2009
- CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Org.) et alii. **Sociedade e m Rede: Do Conhecimento à Ação Política**. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Brasília, 2005.
- COGO, Denise. **O multiculturalismo como cenário de (re)configurações das estratégias culturais e comunicativas dos movimentos sociais**. In: Verso&Reverso, Ano XIII, n.29, 1999/2, pp.43-58.
- COULDRY, Nick. **Why voice matters**. SAGE Publications, Londres, 2010.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A, Rio de Janeiro, 2011.
- HOOKS, Bell. **Feminist theory - from margin to center**. South End Press, 1984.
- KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. EDUSC, Bauru, 2001.
- MCCAUGHEY et. AYERS. **Cyberactivism – online activism theory and practice**. Routledge, 2003.
- RÜDIGER, Francisco. **As Teorias da Cibercultura: Perspectivas, Questões e Autores**. Sulina, Porto Alegre, 2011.
- SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Editora Autêntica, 2015.
- THINK OLGA. **Meu corpo não é seu**. Companhia das letras, 2015.
- Se essa rua fosse nossa. <<http://facebook.com/seessaruafossenossa>> Acesso em junho/2015

Referências Videográficas

- We should all be feminists** - Chimamanda Ngozi Adichie | TEDxEuston. 30'15''
<https://www.youtube.com/watch?v=hg3umXU_qWc> Acesso em junho/2015.